

Princípios e práticas agroecológicos: um estudo sobre a Feira de Produtos Orgânicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Pato Branco

Agroecological principles and practices: a study on the Organic Products Fair of the Federal Technological University of Paraná - Câmpus Pato Branco

Ana Flávia Padilha¹

Cristiane Maria Tonetto Godoy^{2(*)}

Thiago de Oliveira Vargas³

José Ricardo da Rocha Campos⁴

Resumo

O atual modelo de desenvolvimento agrícola já tem demonstrado sua fragilidade com o surgimento da crise ambiental e social advindos desse processo. Em resposta, surgem propostas fundamentadas nos princípios da Agroecologia e nos pilares da sustentabilidade, voltados ao aproveitamento racional dos agroecossistemas e na participação e valorização da agricultura familiar. É nesse contexto que o presente artigo foi construído, abordando a criação do espaço da Feira de Produtos Orgânicos na Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR, Campus Pato Branco, que vem permitindo à comunidade um local exclusivo para a compra e o consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar, valorizando, assim, esses agricultores e garantindo a alimentação de qualidade da população da região. Nesse sentido, compreendemos que, para o fortalecimento da agricultura familiar e de agroecossistemas sustentáveis, são necessárias ações que envolvam o tripé da educação, extensão e ensino, permitindo à população (re)construir conhecimentos e saberes sobre a importância e a necessidade de mudanças para alcançarmos a sustentabilidade.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Agroecologia, Orgânicos, Sustentabilidade

Abstract

The current model of agricultural development has already demonstrated its fragility with the emergence of the environmental and social crisis arising from this process. In response, there are proposals based on the principles of Agroecology and the sustainability pillars, aimed at the rational use of agroecosystems and the participation and appreciation of family agriculture. And it is in this context that the present article was constructed, addressing the creation of the space of the Organic Products Fair

1 Eng. Agrônoma; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Endereço: Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron, Pato Branco - PR, CEP: 85503-390; Email: anaflaviap_@hotmail.com

2 Dra.; Agrônoma; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Endereço: Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron, Pato Branco - PR, CEP: 85503-390; Email: guriaccr@hotmail.com (*) Autor para correspondência

3 Dr.; Agrônomo; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Endereço: Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron, Pato Branco - PR, CEP: 85503-390; Pato Branco Email: thiagovargas@utfpr.edu.br

4 Dr.; Agrônomo; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Endereço: Via do Conhecimento, s/n - KM 01 - Fraron, Pato Branco - PR, CEP: 85503-390; Email: jricardo28@gmail.com

Recebido para publicação em 25/06/2019 e aceito em 09/06/2020

at the Federal Technological University of Paraná / UTFPR, Campus Pato Branco, which has allowed the community an exclusive place to purchase and consume products organic agriculture from the family farming, thus valuing these farmers and ensuring the quality food of the population of the region. In this sense, we understand that actions that involve the tripod of education, extension and education, allowing the population (re) to build knowledge and knowledge about the importance and the need for changes to reach the goal of strengthening family agriculture and sustainable agroecosystems. sustainability.

Key words: Family Farming, Agroecology, Organic, Sustainability

Introdução

A partir da Revolução Industrial, a sociedade transformou seu modelo de produção, da produção artesanal para uma produção mecanizada e industrial. Essa mudança permitiu acelerar e aumentar a produtividade, culminando, assim, em mudanças sociais e econômicas, o que contribuiu na consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Na agricultura, essa transformação ficou conhecida como Revolução Verde ou Modernização da Agricultura, processo baseado em um conjunto de políticas, ações e assistência técnica que preconizavam a adoção de pacotes tecnológicos, tendo como foco os monocultivos, a mecanização, os insumos externos, os agroquímicos e a produção para o mercado.

Ainda, com a intensificação da produção agropecuária para atender às demandas do mercado, a relação do agricultor com a terra e os alimentos se modificou, já que se preconizou o plantio de poucas variedades e a compra dos alimentos industrializados, o que acabou gerando uma insegurança alimentar na população. Corroborando, Dambrós e Arl (2009) afirmam que o modelo convencional de produção agrícola fez com que a diversificação e os alimentos para autoconsumo, culturalmente utilizada pelos agricultores, fossem gradativamente sendo substituídos pelas monoculturas, as sementes híbridas e/ou geneticamente modificadas e a larga utilização dos agrotóxicos. Para Schottz (2015), a indústria e o varejo priorizam a oferta de produtos processados e de baixo valor nutricional, não permitindo assim, que os indivíduos decidam sobre sua própria alimentação.

Nesse sentido, a partir do reconhecimento da crise advindo do modelo de desenvolvimento baseado apenas no crescimento econômico, tivemos, ao final dos anos oitenta, a proposta de desenvolvimento sustentável, esse preconizando, além da esfera econômica, os fatores sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como “*aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias*” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

Em relação a agricultura, surgem novas propostas de sistemas produtivos com bases sustentáveis sendo, em sua maioria, orientados pelos princípios oriundos da Agroecologia. Segundo Caporal e Costabeber (2002), a Agroecologia deve ser compreendida como uma ciência ou disciplina científica dotada de um conhecimento multidisciplinar, apresentando conceitos e metodologias que permitem analisar e conduzir a complexidade dos agroecossistemas numa visão holística e sistêmica. Para Dallagnol, Santos e Arl (2010), a Agroecologia se configura como um movimento social que unirá a ciência e o conhecimento popular, promovendo a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis e a inclusão social.

O enfoque agroecológico vai além dos aspectos agronômicos e tecnológicos da produção agropecuária, pois incorpora elementos sociais, ecológicos, culturais, políticos e éticos, proporcionando bases científicas para apoiar a transição da agricultura convencional para estilos de agricultura com base ecológica ou sustentável. Ainda

Agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores de nosso estado. Não apenas isso, mas também temos vinculado a Agroecologia à oferta de produtos “limpos”, ecológicos, isentos de resíduos químicos, em oposição àqueles característicos da Revolução Verde. Portanto, a Agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. (2002, p. 23)

Ploeg (2008), afirma que a agricultura familiar tem um papel fundamental na segurança alimentar e na sustentabilidade, pois esse segmento utiliza seu potencial de autonomia produtiva para mobilizar os recursos mantendo o capital ecológico, e isso só é possível pelo profundo conhecimento dos ciclos da natureza e capacidade de coexistência dos agricultores. De acordo com a FAO (2014), a agricultura familiar tem como característica preservar os alimentos tradicionais e proteger a agrobiodiversidade.

Para uma agricultura com base agroecológica, é necessário o monitoramento das atividades agrícolas e seus efeitos sobre o ambiente, os aspectos sociais e os econômicos. Atualmente, pode ser aferido que a verdadeira eficiência técnica está na eficácia da combinação do ganho econômico juntamente com o impacto mínimo para o meio ambiente e para a sociedade atual e futura. A busca pela sustentabilidade por meio das alternativas produtivas, tem como objetivo ampliar o papel reservado à agricultura familiar, valorizando as potencialidades e culturas locais, respeitando a heterogeneidade existente. (BIANCHINI; MEDAETS, 2003).

Quando nos referimos à questão da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, entendemos que ela foi construída ao longo das décadas, passando a ter prioridade na agenda política nacional somente a partir do ano de 1993, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar/Consea. Assim, o direito humano a uma alimentação adequada no Brasil foi normatizada pela Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/SISAN.

Recorremos a Machado (2017, on-line) para conceituar a possibilidade de compreensão sobre o que seria a Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental para garantia de segurança alimentar e nutricional, pois, para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional sempre que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos que afetam a saúde de trabalhadores/as e consumidores/as, sem respeito ao princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, incluindo publicidade, que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal a saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação. A segurança alimentar e nutricional demanda ações intersetoriais de garantia de acesso à terra urbana e rural e território, de garantia de acesso aos bens da natureza,

incluindo as sementes, de garantia de acesso à água para consumo e produção de alimentos, da garantia de serviços públicos adequados de saúde, educação, transporte, entre outros, de ações de prevenção e controle da obesidade, do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, da proteção dos sistemas agroextrativistas, de ações específicas para povos indígenas, populações negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. É, ainda, fundamental que as ações públicas para garantia de segurança alimentar possam contemplar abordagem de gênero e geracional. A soberania alimentar é um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza.

Assim, partimos do pressuposto de que a SAN deve ser compreendida como o direito de acessar, de forma regular e permanente, alimentos de qualidade e quantidade suficientes, considerando os aspectos culturais de cada região. Nesse contexto, o papel da agricultura familiar, de acordo com Godoy et al. (2013), tem a atribuição de garantir a segurança alimentar, não somente a respeito da produção de alimentos, mas que possuam qualidade (mínimo agrotóxico) e que respeitem os limites ambientais. Ainda, para os autores, a noção da sustentabilidade está diretamente ligada à segurança alimentar da população, constituindo um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável.

É com o pensamento de valorização da agricultura familiar como fomentadora da sustentabilidade e segurança alimentar que Mariani e Henkes (2015) a considera como uma excelente oportunidade para os agricultores demonstrarem que é possível ter produtividade e renda através de uma produção mais ecológica e que respeite os agroecossistemas. Nesse sentido, é primordial a criação e divulgação de projetos e ações que promovam alternativas mais limpas e saudáveis, resgatando o papel da agricultura familiar. Assim, o presente trabalho tem como objetivo contextualizar a criação da Feira de Produtos Orgânicos/FEPOUT, no espaço da Universidade Tecnológica Federal do Paraná/UTFPR, em Pato Branco/PR, bem como sua importância para a comercialização e consumo de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural sustentável.

Material e métodos

Para este estudo, no que se refere ao aporte metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa, típica das ciências sociais, sendo configurada pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se estabelecem entre esse universo e os seus significados. De acordo com Gómez, Flores e Jiménez (1996), a metodologia qualitativa possui uma grande diversidade de enfoques e correntes de investigação, dispondo de diversas formas de reconhecimento e análises dos materiais empíricos, incluindo a entrevista qualitativa, a observação e as experiências pessoais.

Assim, dentre as diversas estratégias existentes na metodologia qualitativa, escolhemos o método etnográfico, pois ele possibilita um melhor posicionamento do olhar sobre os sujeitos da pesquisa, a fim de perceber os fatores sociais partindo das compreensões e entendimentos dos agricultores familiares. A etnografia deve ser entendida como o método de investigação no qual se apreende o modo de vida de um núcleo social.

Corroborando, Gómez, Flores e Jiménez (1996) trazem que a etnografia deve ser compreendida como aquele método de investigação em que se apreende o modo de vida de uma determinada unidade social. É através dela que se consegue reconstruir interpretativamente

a cultura, as formas de vida e as estruturas sociais. Nesse contexto, se pode construir um esquema teórico que reconheça e responda o mais fiel possível as percepções, ações e normas que fazem parte do grupo social e como os seus componentes interagem entre si. As técnicas empregadas e os instrumentos de coleta de informações que a metodologia etnográfica engloba são: a observação participante, o trabalho de campo e a entrevista semiestruturada, além de fotografias e filmagens.

Nesse sentido, para compreender e contextualizar sobre a criação da FEPOUT, usamos como instrumento de coleta de informações a observação participante, aliado a análise de documentos existentes sobre a Feira. Essa metodologia foi pensada para que se pudesse ter o mínimo de indicadores qualitativos e compreensão sobre a participação da FEPOUT como ambiente que fomenta a produção e consumo de alimentos orgânicos no espaço da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, bem como o fortalecimento da agricultura familiar no município e nos princípios agroecológicos.

Resultados e discussão

Contextualizando a região

O município de Pato Branco fica na região Sudoeste do Paraná, sendo esta uma das dez microrregiões que compõem o estado, situado no terceiro planalto paranaense. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2010), a população do município era de 72.370 habitantes, com a população estimada para o ano de 2018 em 81.893 habitantes. A economia agrícola está baseada expressivamente nos cultivos da soja, trigo, milho e feijão, e a pecuária no rebanho bovino e na avicultura.

O Sudoeste do Paraná, segundo as informações prestadas no site do Governo do Estado do Paraná, foi uma das últimas regiões a serem ocupadas e por isso é a que melhor representa a presença de propriedades oriundas da agricultura familiar, já que 97,4% das propriedades possuem menos de 100 hectares, sendo 72,7% da área total. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/IDH-M, a cidade de Pato Branco ocupa o terceiro lugar (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2017).

A base de produções centradas no mercado de commodities causa dependência dos agricultores em relação aos preços formados e à compra dos pacotes tecnológicos vendidos pelas empresas, além de as propriedades geralmente terem uma baixa diversificação das atividades produtivas e de alimentação da família. De acordo com a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná/AMSOP (2016), a região não é autossuficiente na produção das hortaliças e frutas, tendo que importar esses produtos de outras regiões, o que pode ser um nicho de atuação para os agricultores familiares.

Nesse sentido, pensar a sustentabilidade e a reprodução social da agricultura familiar na região é de suma importância para o desenvolvimento rural e regional. Dessa forma, projetos e políticas públicas com bases nos princípios da Agroecologia devem ser incentivados, visando à diversificação da produção, a investimentos em estilos de agriculturas alternativas e a criação de cadeias curtas de comercialização.

A experiência da FEPOUT

Um dos desafios que a sociedade atual tem enfrentado está na preservação e conservação ambiental aliada à produção de alimentos mais saudáveis. Entretanto, o modelo convencional

de agricultura empresarial e industrial gera resíduos poluentes no meio ambiente e é altamente dependente de insumos químicos para sua produção, ou seja, temos a insustentabilidade do agronegócio para a produção agroalimentar.

O processo de modernização do meio rural pode ser visto por dois aspectos: de um lado se tem o crescimento do agronegócio e do outro uma grande massa de agricultores excluídos do processo (DAL SOGLIO, 2012). Nesse panorama, o uso da perspectiva agroecológica para a produção de alimentos e a preservação ambiental, bem como os saberes da agricultura familiar, são de suma importância para garantia da segurança alimentar e da sustentabilidade. Segundo Bianchini et al. (2016), a agricultura familiar tem papel importante no abastecimento de alimentos no país. Aliás, a segurança alimentar está diretamente ligada a produção de alimentos oriundos das propriedades familiares.

Segundo Penteado (2012), uma agricultura com bases ecológicas tem como princípio a diversificação, as rotações de culturas, a integração com animais e outros, tudo isso visando aumentar e melhorar a saúde dos agroecossistemas. Para Valent et al. (2014), a agricultura sustentável com bases agroecológicas, tem como preocupação a saúde do agricultor e do consumidor.

Nesse sentido, podemos aferir que existem vários estilos de agriculturas alternativas com o enfoque agroecológico e essas têm sido nomeadas de diversas maneiras, tais como: agricultura ecológica, agricultura sustentável, agricultura natural, entre outras. Portanto, cabe esclarecermos que a nomenclatura agricultura agroecológica usada em alguns estudos ou feiras, diz respeito, na verdade, a um estilo de agricultura baseado nos princípios da área de conhecimento científico da agroecologia e não em modelo específico de produção.

A intensificação da produção agrícola em função do mercado alterou também a relação do agricultor com o alimento, já que, antes, ela era baseada em alimentos produzidos na própria propriedade e com uma grande variedade nutricional e agora se encontra baseada nos alimentos comprados e industrializados. A modernização da agricultura afetou tanto a segurança alimentar e nutricional/SAN das áreas urbanas quanto das áreas rurais, criando uma situação de insegurança alimentar no que tange à qualidade dos alimentos e à quantidade destinada às populações. Segundo Kortling et al. (2013), é necessário fomentar e priorizar políticas públicas que envolvam a agricultura familiar e a produção de alimentos, otimizando as cadeias curtas de comercialização.

Nesse sentido, como alternativa ao modelo convencional de produção, teremos a Agricultura Orgânica, representando esforços para a produção de alimentos de qualidade, valorização da agricultura familiar como protagonistas, meio ambiente equilibrado e a diversidade agrícola. Conforme Campanhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica vem se destacando como alternativa aos agricultores familiares por vários motivos, dentre eles: crescente demanda da sociedade por alimentos mais saudáveis; alternativa de renda ao modelo convencional; redução da dependência aos insumos externos; diversificação da propriedade; e manejo mais sustentável e saudável.

Assim, podemos afirmar que uma agricultura sustentável valoriza o ser humano e os componentes ecológicos da produção, reconhecendo suas relações e interdependências. Ainda, quando dialogamos com a sustentabilidade estamos diretamente pensando em uma segurança alimentar/cultural e nutricional, a qual está sendo posta em risco pelo modelo de agricultura convencional.

Nesse sentido, o papel dos alimentos oriundos da agricultura orgânica é de suma importância para a segurança e saúde do agricultor e consumidor, para viabilizá-la torna-se basilar a criação e construção de políticas públicas e de espaços que priorizem a comercialização desses produtos.

Nesse sentido, foi pensada a criação da Feira de Produtos Orgânicos/FEPOUT no interior do campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, para atender à comunidade acadêmica e a externa.

As feiras orgânicas representam oportunidades para os agricultores familiares, já que são espaços formais das suas atividades com bases agroecológicas, permitindo o reconhecimento desses agricultores pela comunidade e pelos demais agricultores. A criação desses espaços se configura como novas dimensões simbólicas que se identificam como: fornecedores de alimentos saudáveis; agricultores voltados às questões ambientais; garantia de segurança alimentar; inserção do produtor no mercado; incentivos à cultura alimentar local; e diversificação da propriedade (FERNANDEZ; FERREIRA, 2016).

Para Rocha (2013), as feiras são canais de venda direta, sem a figura dos atravessadores, o que permite ao agricultor a possibilidade de vender e trocar alimentos diretamente, além de as relações extrapolarem à mera ótica econômica, permitindo, assim, as relações humanas advindas do contato direto entre consumidor e agricultor. A autora ressalta que a troca de conhecimentos, cordialidade e experiências vividas na feira estabelecem uma relação de confiança e valorização do trabalho daquele agricultor, o que não existe nas prateleiras dos supermercados, que é uma relação fria e impessoal. Para Gazolla e Schneider (2017), as feiras se configuram como cadeias curtas de comercialização e redes alternativas agroalimentares, resultante de encontro com a discussão acerca da origem e da saudabilidade dos alimentos, de maneira que afirma a procedência dos produtos e elimina intermediários na cadeia de comercialização.

A FEPOUT, registrada como projeto de extensão universitária sob o número 435/2016/PB, tem possibilitado uma alimentação orgânica para a comunidade acadêmica, servidores da instituição e comunidade externa em geral, além de propiciar mais um espaço de comercialização para os agricultores orgânicos familiares do município. A primeira edição da feira ocorreu em 17 de agosto de 2016 e, com o sucesso dessa edição, passou a ser incorporada de forma permanente na universidade, acontecendo todas as quintas-feiras no período das 9h30min às 18 horas, no espaço de convivência no campus da UTFPR, entre os blocos M e N. Para a divulgação da feira, têm sido realizadas campanhas publicitárias através de folders e pela página do Facebook (<https://www.facebook.com/FEPOUT/>), com o intuito de fomentar maior visibilidade, consolidando esse espaço como um lugar dedicado à venda de alimentos orgânicos e saudáveis no município.

A feira conta com a participação de agricultores familiares orgânicos certificados, como por exemplo, a família Madalosso de Pato Branco, certificada pelo Instituto de Tecnologia do Paraná/TECPAR e a família do Sr. Juca de Quadros do município de Coronel Vivida/RS, certificada pela Rede Ecovida e a Coopervereda, também certificada pela Rede Ecovida. Dentre os produtos oferecidos, podem ser destacadas as hortaliças e frutas frescas, geleias, fubá, compotas, açúcar mascavo, caldo de cana, melado, mel e amendoim.

Valent et al. (2014) destacam que a agricultura orgânica facilita aos agricultores uma oportunidade de melhores condições econômicas, já que esses alimentos propiciam um novo nicho de mercado. Entretanto, os produtos comercializados na FEPOUT são vendidos sem nenhuma diferenciação no preço por serem orgânicos, pois partilhamos da ideia que o alimento orgânico não seria um nicho de mercado destinado às pessoas com alto poder aquisitivo e sim compreendemos que o consumo de alimentos saudáveis (aqui representado pelos orgânicos) é um direito de todos. Afinal, não há como pensar a sustentabilidade e a segurança alimentar/ nutricional populacional

se a comercialização de produtos orgânicos for tratada como nichos de mercados excludentes. Ademais, a feira atende um público formado pelos acadêmicos da universidade, cuja a maioria não possui vínculo empregatício ou alto poder aquisitivo.

Ainda, no intuito de conhecer qual a satisfação, experiência vivida e a importância desse espaço para a comunidade, foram aplicados questionários com os consumidores da feira. Como resultado, foi apontada a relevância de uma feira orgânica em um espaço de fácil acesso. Entre as falas dos entrevistados, cabe destacar um ótimo atendimento, qualidade dos produtos, preço acessível, boa organização, e local, o cara a cara com os agricultores e a possibilidade de aproximação da universidade com a comunidade. Do mesmo modo, a pesquisa destacou a dificuldade de encontrar alimentos oriundos de produção orgânica no município e, quando são encontrados, apresentam elevados preços o que dificulta a compra por parte dos estudantes, que possuem um poder aquisitivo baixo.

Colaborando, Portilho e Castañeda (2008) apontam as feiras orgânicas como espaços de confiabilidade e credibilidade, pois as interações face a face estão carregadas de simbolismo e valores sociais, os quais permitem, também, a criação de laços afetivos entre produtor e consumidor. E são essas relações de confiança que fazem a feira ser preterida de outros canais de comercialização, pois o contato com o produtor é a diferenciação das grandes redes de supermercados. Já, na pesquisa realizada por Costa et al. (2016a) sobre a feira orgânica do Campus Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, os autores apontam que a feira criou um espaço de comercialização para a comunidade acadêmica, atraindo cada vez mais o público externo, e se tornando referência como local para a compra de produtos com qualidade e sem agrotóxicos.

Destacamos que a feira aproxima o agricultor da comunidade acadêmica e externa, consolidando práticas agroecológicas e motivacionais da produção orgânica e valorização da produção por meio da agricultura familiar. Sendo assim, podemos aferir que, ao conceder o espaço para a FEPOUT, estamos fortalecendo as práticas agroecológicas motivadoras da produção de alimentos orgânicos e a preservação de práticas locais e sua biodiversidade, além de garantir a segurança alimentar dos envolvidos. Dessa forma, através desse espaço se tem possibilitado:

- 1 - pensar outros projetos e ações que venham viabilizar as transições dos sistemas de produção convencional para orgânico, desmistificando a agricultura alternativa;
- 2 - valorização da agricultura familiar;
- 3 - alternativas de novos espaços de comercialização;
- 4 - possibilidade de troca de experiências e saberes entre os diversos agricultores e a comunidade;
- 5 - a universidade cumpre um dos seus papéis sociais com a comunidade;
- 6 - garante a segurança alimentar e nutricional pelo fornecimento de alimentos produzidos de forma saudável (tanto consumidor, quanto produtor).

Assim, esse espaço proporcionado pela FEPOUT se torna uma conquista e um passo importante na construção da segurança alimentar da região e na consolidação do papel da agricultura familiar no processo da sustentabilidade, bem como fortalece o papel da universidade no que tange à extensão e à prestação de serviços na sociedade onde está inserida. Cientes do início recente das atividades da Feira, temos como perspectivas futuras outros projetos e planos

para a região, esperando contribuir com a construção de novos paradigmas sustentáveis através da construção do pensamento agroecológico.

Considerações finais

A necessidade da mudança do modelo produtivo atual é real e urgente, sendo necessária e crucial a formulação de projetos e políticas públicas que promovam e incentivem essa transição. Nesse sentido, a implantação de uma Feira de Produtos Orgânicos na UTFPR/Pato Branco tem buscado efetivar ações que contribuam com o desenvolvimento rural sustentável da região, através da base agroecológica e do fortalecimento da agricultura familiar, apoiados no tripé da educação, extensão e ensino.

A presente conquista pode ser compreendida como uma oportunidade de divulgação e afirmação dos valores agroecológicos, tendo em suas ações e atividades a proposta de mudança do modelo convencional de agricultura para formas mais sustentáveis. Nesse sentido, também permite a (re)construção das relações urbano e rural, buscando o desenvolvimento sustentável através da produção orgânica e do protagonismo da agricultura familiar.

Nesse sentido, o conhecimento e as experiências adquiridas não se encerram, ao contrário, dão suporte para a continuidade pela busca de novos conhecimentos e participações na formulação de práticas sustentáveis, ou como se deseja, uma sociedade ancorada na sustentabilidade e qualidade de vida da população. Dessa maneira, esperamos que, com o relato da nossa experiência, possamos contribuir com o debate e ficamos à disposição para novas redes e construções de saberes para o desenvolvimento rural sustentável.

Referências

AMSOP. Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. **População estimada**. Disponível em: <http://www.amsop.com.br/sudoeste.php?lc=estimada>. Acesso em: 05 fev. 2018.

BLANCHINI, V.; MEDAETS, J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia: Plano Brasil Agroecológico**. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_195/Brasil.> Acesso em: 05 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2006. 2009. Disponível em:> www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 de mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8º Conferência Nacional de Saúde: **Relatório final**. Brasília, 1986.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Rev. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh.2002.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, E. A. da, et al. Perfil dos consumidores da feira de produtos de transição agroecológica na UFMS, Corumbá-MS, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n.2, 2016a.

COSTA, F. M. P. da, et al. A importância dos Núcleos de Estudos para o avanço interinstitucional da Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, maio 2016b. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19948>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FERNANDEZ, A. C. F.; FERREIRA, F. da S. **Mercados e território: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro**. 2016. Redes de Estudos Rurais. Disponível em: >http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/16_6.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017. 520 p.

GODOY, C. M. T. **Agricultura Familiar do Município de Santa Rosa/RS, Entre a Produção e a Legislação Ambiental: Limites e Possibilidades**. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

GODOY, C. M. T., et al. As novas diretrizes da Extensão Rural: estudo de caso no município de Sananduva/RS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, dez. 2013 Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/14739>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996, 378p.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA. **Cidadãos**. 2017. Disponível em: ><http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios segundo as regiões geográficas do Paraná**. Curitiba, IparDES: 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf> Acesso em: 20 de fev. 2018.

KORTING, M. S. et al. A política pública de segurança alimentar e agroecologia através da extensão universitária. **JURIS**, Rio Grande, n. 19, p. 151-169, 2013.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um prometo realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. p. 15-44.

LUSTOSA, M. C. J. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: MAY, P.H.; LUSTOSA, M. C. J.; VINHA, V. (Orgs). **Economia do Meio Ambiente. Teoria e Prática**. 4ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier. p.155-172, 2003.

MACHADO, R. L. A. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Presidência da República. **Conceitos**. 2017. Disponível em:< <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MARIANI, C. M.; HENKES, J. A. Agricultura Orgânica X Agricultura Convencional soluções para minimizar o uso de insumos industrializados. *R. Gest. Sust. Ambient.*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 315 - 338, out. 2014/mar.2015.

PENTEADO, S.R. **Implantação do cultivo orgânico: planejamento e plantio**. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2012.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M. Certificação e confiança face-a-face na feira de produtos orgânicos. In: **IV Encontro Nacional da ANPPAS**. Brasília, 2008. Disponível em:> <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT1-413-499-20080510232052.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ROCHA, M. do R. **A contribuição da Agroecologia para o desenvolvimento da agricultura familiar no Litoral do Paraná**. 2013. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar), Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná. 2013.

VALENT, J. Z.; TISOTT, S. T.; SCHMIDT, V.; VALENT, V. D. Qualidade de produtos orgânicos: a percepção dos produtores de hortaliças de uma feira ecológica em Porto Alegre – RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 3, p. 1072-1082, set-dez, 2014.